



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SUL-RIO-GRANDENSE
CAMPUS AVANÇADO JAGUARÃO**

**CURSO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES
(forma integrada)**

Início: 2015/1

SUMÁRIO

1 – DENOMINAÇÃO	3
2 – VIGÊNCIA.....	3
3 – JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS	3
3.1 - APRESENTAÇÃO.....	3
3.2 – JUSTIFICATIVA.....	4
3.3 – OBJETIVOS	6
3.3.1 - Objetivo geral	6
3.3.2 - Objetivos específicos.....	6
4 – PÚBLICO ALVO E REQUISITOS DE ACESSO	7
5 - REGIME DE MATRÍCULA	7
6 – DURAÇÃO.....	7
7 – TÍTULO	8
8 – PERFIL PROFISSIONAL E CAMPO DE ATUAÇÃO	8
9 – ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	8
9.1 - COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS	9
9.2 – MATRIZ CURRICULAR.....	10
9.3 – ESTÁGIO CURRICULAR.....	10
9.4 - DISCIPLINAS, EMENTAS, CONTEÚDOS E BIBLIOGRAFIAS	10
9.4.1 - Primeiro Período Letivo	10
9.5 – POLÍTICA DE FORMAÇÃO INTEGRAL DO ALUNO.....	10
9.6- FLEXIBILIDADE CURRICULAR	13
10 - CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	13
11 - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM APLICADOS AOS ALUNOS ..	14
12 – RECURSOS HUMANOS	15
12.1 - PESSOAL DOCENTE E SUPERVISÃO PEDAGÓGICA	15
12.2 - PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	16
13 – INFRAESTRUTURA.....	17
13.1 - INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS OFERECIDOS AOS PROFESSORES E ALUNOS.....	17
13.2 – INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE	18
13.3 – INFRAESTRUTURA DE LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS À ÁREA DO CURSO	18

1 – DENOMINAÇÃO

Curso Técnico em Edificações.

2 – VIGÊNCIA

O curso Técnico em Edificações passará a vigor a partir do primeiro semestre letivo de 2015.

Durante a sua vigência, este projeto deverá ser avaliado periodicamente pela coordenação e pelo colegiado do curso, com vistas à ratificação e/ou à remodelação deste.

3 – JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

3.1 - Apresentação

Os antecedentes do Instituto Federal Sul-rio-grandense se situam no início do século XX, em 07 de julho de 1917, quando se realiza a assembleia de fundação da Escola de Artes e Ofícios. Entretanto, suas aulas começariam em 1930, no momento em que, por parte do Município de Pelotas, se institui a Escola Technica Profissional, que, por sua vez, viria a se denominar mais tarde como Instituto Profissional Técnico. Em 1942, por decreto do presidente Getúlio Vargas, é criada a Escola Técnica de Pelotas – ETP –, cuja atividade letiva começaria somente em 1945. A ETP assume a partir de 1959 a categoria de autarquia Federal e, em 1965, passa a ser denominada Escola Técnica Federal de Pelotas ETFPel. Nesta condição, passa a ter um papel destacado na formação de técnicos industriais, tornando-se uma instituição especializada na oferta de educação profissional de nível médio, tendo como conquista a formação de um grande número de estudantes nas habilitações de Mecânica, Eletrotécnica, Eletrônica, Edificações, Eletromecânica, Telecomunicações, Química e Desenho Industrial.

Em 1996 acontece a primeira expansão, com a criação da Unidade de Ensino Descentralizada na cidade de Sapucaia do Sul, e em 1998 a ETFPel é autorizada a ministrar cursos de nível Superior, efetivando-se esta oferta com a transformação em Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas – CEFET-RS. Ainda na condição de CEFET se criam os câmpus Charqueadas (2006) e Passo Fundo (2007) completando a primeira fase da expansão. A segunda fase da expansão se dá em 2010, já na condição de Instituto Federal Sul-rio-grandense – constituído no marco da Lei nº 11.892, de dezembro de 2008 – com a criação dos câmpus Camaquã, Venâncio Aires e Bagé, a incorporação do Campus Pelotas - Visconde da Graça – antes pertencente à UFPel – e a criação do câmpus avançado de Santana do Livramento. A terceira fase da expansão inclui, além da criação do câmpus avançado Jaguarão, a implantação os câmpus de Gravataí, Lajeado e Sapiranga.

A gênese do câmpus avançado de Jaguarão se remonta à primeira Audiência Pública, promovida pela Prefeitura, visando à vinda de uma escola técnica para o município e datada em 13 de maio de 2011. Mediada por várias reuniões e atividades, a expectativa da comunidade foi reforçada com uma nova audiência em março de 2012. Já, em março de 2013, a Secretaria de Educação do Município, em parceria com o IFSul, promove o Primeiro Fórum de Educação Técnica na Fronteira.

Estas e outras atividades vieram sensibilizando a comunidade e em todos os casos contaram com importante presença das forças vivas da cidade, lotando o auditório da Biblioteca Pública Municipal ou o auditório do Câmpus Jaguarão da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), locais onde foram realizadas. Esta mobilização rendeu seus frutos no momento de definir as contrapartidas municipais para efetivar a implantação, na medida em que as decisões políticas refletiram o desejo manifesto da coletividade jaguareense de qualificar a oferta educativa pública com a vinda do Campus Avançado.

Prontamente, de forma paralela à primeira Audiência – em 2011 –, a Prefeitura Municipal apresentou alternativas de espaços para a locação da Unidade. Entretanto, manteve-se na expectativa de uma sinalização positiva por parte do Governo Federal. Quando esta foi efetivamente dada por parte do MEC, com o envolvimento pessoal do próprio Prefeito Claudio Martins, se efetiva a doação de dois espaços. Entre fevereiro e março de 2013 se mantiveram varias reuniões e visitas técnicas, por fim, o Executivo Municipal envia Projeto de Lei à Câmara Municipal solicitando a doação de um prédio de aproximadamente 1.100 m² em área central. A lei foi votada pela mesma em 02 de abril de 2013 com o número 5.687. Tendo em vista que o prédio possui algumas características que dificultariam sua imediata utilização e a perspectiva de crescimento da unidade – como o fato de ser inventariado como patrimônio pelo IPHAN e de serem necessárias reformas importantes, demandando, portanto, um prazo maior para a elaboração de um projeto arquitetônico – se procedeu a uma nova negociação com a Prefeitura, não havendo outra área disponível que possuísse benfeitorias, a Prefeitura teve a bem doar uma área de 3,2ha, no chamado “Corredor das Tropas”, dentro da área urbana, distante a uns dois quilômetros da área central, porém, inserido no entorno de comunidades com maior incidência de situações de risco social, onde a presença da Unidade pode vir a se constituir em importante estímulo para jovens e adultos na continuidade ou reinserção nos estudos. Este terreno, em excelentes condições de aproveitamento, foi doado a o IFSul pela Lei Municipal No 5.705, de 18 de abril de 2013

Neste contexto, como desenvolveremos na justificativa, o Curso Técnico em Edificações, se impôs como primeiro curso a ser ofertado, na medida vem atender a necessidade regional na formação de cidadãos como trabalhadores plenamente inseridos na sua realidade, com compreensão histórico-social do seu papel, com formação técnico-científica consistente e capacitados para acompanhar os avanços tecnológicos, com visão empreendedora e criativa, que enxerga o futuro, porém, sabe resgatar e preservar as raízes.

3.2 – Justificativa

Brasil e Uruguai dividem aproximadamente 1.003 quilômetros de fronteira, esta linha tende a ser um espaço de constante trânsito. Características comuns, como as feições geográficas em que predominam planícies adequadas à pecuária extensiva e agricultura, especialmente as de arroz e soja, favorecem a integração e o intercâmbio.¹

O município de Jaguarão (28.482 hab.) pertence à microrregião de Jaguarão – que inclui a cidades de Arroio Grande (18.979 hab.) e Herval (6.969 hab.)² –, que por sua vez está inserida na Mesorregião Sudeste do Rio Grande do Sul, e é o caminho mais curto entre Porto Alegre e Montevideú, junto com a irmã cidade de Rio Branco (14.604 hab.)³ – com a que está interligada pela histórica Ponte Mauá e logo mais estará por uma

¹ FRANCO, Sérgio da Costa. Gente e Coisas da Fronteira Sul. Porto Alegre: Sulina, 2001.

² Fonte dos dados populacionais das cidades brasileiras: IBGE, estimados para 2013.

³ Fonte: Instituto Nacional de Estadística (INE) do Uruguai, dados do Censo 2011.

segunda ponte – constituem um polo estratégico de crescente importância na logística regional.

A proposta pedagógica do Curso de Edificações dimana de dois elementos construtivos que a alicerçam, a saber: Os dados macroeconômicos e sociais que emergem do estudo do arranjo produtivo local e, a manifestação do interesse da comunidade de Jaguarão e Microrregião por meio de pesquisas, audiências públicas e a expressão direta de entidades de classe e do poder público (Municípios).

Atualmente, na cidade de Jaguarão, a maior parte da população não concluiu o ensino médio e aproximadamente 60% dos jovens não estão inseridos no sistema educacional no nível acorde sua idade. A implantação de um curso técnico de forma integrada poderá contribuir em muito para modificar esta realidade.

Dados macroeconômicos e sociais relevantes:

A microrregião de Jaguarão tem se caracterizado historicamente pela produção agropecuária, baseada fundamentalmente no cultivo de arroz e na criação de gado bovino, porém, nos últimos anos tem se estendido, também, o cultivo da soja. Entretanto, estas formas de produção se dão em latifúndios, com grau elevado de mecanização, o que repercute em que o agro, sendo ainda a maior fonte de riqueza da região, não é o segmento que mais emprega. No que se refere especificamente a Jaguarão, na sua relação fronteiriça com a cidade de Rio Branco no Uruguai, tem se dado um importante crescimento na área de serviços, vinculado ao turismo comercial que se dá pelo atrativo dos free shops presentes na vizinha cidade. Existe agora a sinalização da construção de uma oferta de free shops também em Jaguarão, procurando atender à clientela uruguaia. Paralelamente, na cidade se desenvolvem fortes políticas públicas de resgate do patrimônio histórico, pretendendo, com isto, gerar uma oferta turística diversificada, que potencie e modifique o atual turismo, dito “de passagem”, em um fluxo permanente que extrapole o simples objetivo comercial, transformando-o em um turismo cultural-histórico. A cidade conta com mais de seiscentos prédios tombados, duas grandes obras de restauro em andamento e a previsão de mais dez obras contempladas no PAC das Cidades Históricas num valor total de 42 milhões de reais. Como aspectos infra estruturais de destaque, na micro e mesorregião, devemos citar a construção de uma segunda ponte que desafogue a histórica Ponte Internacional Mauá e permita sua restauração – também já prevista nos acordos binacionais –; a consolidação da Hidrovia que liga a Lagoa Mirim com a Lagoa dos Patos facilitando o escoamento internacional de mercadorias em parceria com o Uruguai; a construção na região de Santa Vitória do Palmar de dois parques eólicos de grande porte e, por último, sendo muito significativo, o desenvolvimento do Polo Naval de Rio Grande de grande impacto em toda a mesorregião.

No âmbito educativo, devemos chamar a atenção para um grande déficit instrucional, o que coloca a Jaguarão e sua microrregião bastante aquém à média estadual, especialmente no que tange ao Ensino Médio e a formação técnica. Como dado relevante podemos citar que das pessoas acima dos 25 anos, no Município de Jaguarão, 54,13% não completaram o ensino fundamental e 17,18% não completaram o Ensino Médio. Reforçando esta carência endêmica e a necessidade de uma reversão deste processo pernicioso de exclusão escolar, podemos anotar que havendo 2.373 indivíduos com idade entre 15 e 19 anos, a matrícula do Ensino Médio no Município de Jaguarão, em 2012, registra 821 alunos, havendo também 105 em cursos técnicos regulares e (extrapolando esta faixa etária) 135 matrículas no EJA de Nível Médio.⁴ Em resumidas contas, podemos estimar que, aproximadamente, 60% dos jovens têm

⁴ Fonte: IBGE Censo escolar 2012.

desistido ou têm dificuldades de se manter inseridos no sistema educativo no nível acorde com sua idade.

Manifestação do interesse da comunidade:

Como descrito na apresentação, tem havido um profundo comprometimento por parte das instituições locais e uma importante sensibilização por parte da sociedade. Desde 2011 vêm acontecendo audiências públicas e foros visando à implantação de uma escola técnica em Jaguarão. Entretanto, a partir de uma sinalização efetiva de que um câmpus avançado viria a ser instalado na cidade no marco da Fase III da Expansão, o IFSul aplicou a metodologia desenvolvida precisamente pela Comissão da Expansão Fase III, criada aos efeitos de tratar da implantação dos novos câmpus. Em uma das suas etapas, a metodologia compreende a definição dos cursos em Audiências Públicas, as mesmas foram realizadas em 27/05, 26/06 e 18/07/2013. Tiveram uma excelente participação, registrando a presença de entre cem e duzentas pessoas em cada uma. Já desde a primeira audiência o Eixo de Infraestrutura foi apontado com força, mais particularmente o Curso de Edificações, com a particularidade de que atendesse duas condições: por um lado a binacionalidade e, por outro, que fossem incorporados conteúdos que introduzissem ao restauro, de modo que os profissionais formados tivessem sensibilidade para atender a particularidade histórica da cidade. Além das audiências públicas foram realizadas pesquisas entre alunos de Ensino Médio e da oitava série do Ensino Fundamental, assim como junto aos professores, empresas e entidades representativas da comunidade. Os dados coletados nas pesquisas serviram como base para o debate nas audiências. Finalmente foi concluído que o primeiro curso a ser ofertado pela Unidade seria precisamente o de Edificações.

3.3 – Objetivos

3.3.1 - Objetivo geral

Propiciar uma formação profissional técnica integrada de nível médio, contextualizada, que qualifique o técnico para atuar na área da construção civil, visando suprir as necessidades do desenvolvimento da região e, que forme um cidadão crítico, autônomo, com capacidade de ação social e capacitado a construir sua própria emancipação.

3.3.2 - Objetivos específicos

- Formar um profissional legalmente habilitado, com competência para atuar na área da construção civil, ciente de sua responsabilidade com a preservação do meio ambiente;
- Fomentar a capacidade de pesquisa do aluno, tanto em termos metodológicos quanto criativos, visando à melhoria das condições de vida da sociedade de forma sustentável;
- Diminuir o déficit instrucional, no que tange o ensino médio e profissional, na cidade de Jaguarão e sua microrregião.
- Promover a educação de seres humanos éticos, competentes aptos à ocupação de seus espaços no contexto social e ao desempenho de diferentes papéis, segundo princípios de valorização humana e ambiental.

- Formar profissionais que sejam aptos a proporcionar o desenvolvimento do setor produtivo da região.
- Despertar a responsabilidade social por meio de projetos de extensão e oficinas, ou outras modalidades educativas que envolvam a comunidade local, em atendimento às suas necessidades de inclusão.
- Estimular uma postura empreendedora levando em consideração os fatores e cultura locais da comunidade em que está inserido.

4 – PÚBLICO ALVO E REQUISITOS DE ACESSO

Para ingressar no Curso Técnico em Edificações, os candidatos deverão ter concluído o Ensino Fundamental.

O processo seletivo para ingresso no curso será regulamentado em edital específico.

5 - REGIME DE MATRÍCULA

Regime do Curso	Anual
Regime de Matrícula	Série
Turno de Oferta	Manhã e tarde
Número de vagas	36 vagas (Manhã) e 36 vagas (Tarde)
Regime de Ingresso	Anual

6 – DURAÇÃO

Duração do Curso	4 anos
Carga horária em disciplinas obrigatórias	3360 h
Estágio Curricular obrigatório	Não se aplica
Carga horária total mínima do curso	3360 h

7 – TÍTULO

Após a integralização da carga horária total do curso o aluno receberá o diploma de **Técnico em Edificações**.

8 – PERFIL PROFISSIONAL E CAMPO DE ATUAÇÃO

O perfil do egresso do Curso Técnico em Edificações será de um profissional capaz de utilizar os conhecimentos da formação técnica – baseado nos princípios de humanismo, solidariedade, criticismo, criatividade e ética – na resolução de situações no exercício da profissão.

O Técnico em Edificações desenvolve e executa projetos de edificações conforme normas técnicas de segurança e de acordo com legislação específica. Planeja a execução e elabora orçamento de obras. Presta assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas na área de edificações. Orienta e coordena a execução de serviços de manutenção de equipamentos e de instalações em edificações. Orienta na assistência técnica para compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados.

Terá condições de resgatar técnicas e materiais tradicionais sem deixar de buscar soluções inovadoras e adequadas à realidade do mercado, utilizando as tecnologias da construção civil com criatividade, sabedoria e eficiência, visando à melhoria das condições de vida da sociedade de forma sustentável.

O egresso do curso poderá atuar em empresas públicas e privadas de construção civil, em escritórios de projetos, em canteiros de obras, em indústrias da construção civil, em laboratórios de ensaios tecnológicos, além de ser capacitado para atuar como prestador autônomo de serviços ou empreendedor na área.

No campo de atuação deste profissional, destacam-se as seguintes atividades:

- execução de obras;
- elaboração de desenhos técnicos;
- elaboração de projetos;
- elaboração de orçamentos;
- execução de ensaios para controle tecnológico de materiais;
- execução de levantamentos topográficos;
- elaboração e acompanhamento de cronogramas;
- fiscalização e controle de qualidade em canteiro de obras e indústrias;
- assistência técnica em projetos e pesquisas tecnológicas ;
- coordenação de serviços de manutenção de equipamentos e de instalações em edificações;
- assistência técnica para compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados.

9 – ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Considerando a diversidade das áreas do conhecimento, são priorizadas práticas que estimulem a percepção de cada aluno, o raciocínio lógico, a criatividade e

a responsabilidade. Através de atividades relacionadas à área de Edificações, aprimora-se a competência de saber onde e como buscar as informações necessárias para desenvolvimento de tarefas, além de analisar exemplos e aprimorá-los para utilização, sempre tendo como princípio a ética e o atendimento as questões de segurança e as normas técnicas relacionadas a área.

Os trabalhos em grupo recebem destaque, sendo propostos no decorrer do curso, com vistas ao exercício de divisão de tarefas e de responsabilidades e ao desenvolvimento de lideranças, enfatizando-se que o sucesso coletivo depende do empenho de todos para sua realização. Além de envolver esses conceitos, trabalhar em equipe promove aprendizagens para a vida em sociedade, já que compreende a ética, a interação com o meio, o respeito a hierarquias, a construção de objetivos comuns, o alcance de metas e o cumprimento de prazos para alcance do sucesso.

Com o objetivo de aproximar o aluno ao mundo do trabalho e aprimorar a aprendizagem da prática profissional, o professor deverá propor visitas técnicas a indústrias de materiais de construção e a canteiros de obras. Estas atividades deverão estar previstas no Plano de Ensino das disciplinas de Materiais de Construção, Técnicas e Práticas Construtivas, e divulgadas aos alunos no início do período letivo.

9.1 - Competências Profissionais

O curso deverá proporcionar ao educando as seguintes competências:

- Possuir visão contextualizada de sua profissão em termos políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais;
- Utilizar a leitura como objeto cultural que promove a inserção no mundo do trabalho.
- Valorizar e respeitar as variações linguísticas compreendendo-as na dimensão histórico-cultural;
- Valorizar a língua como marca identitária dos sujeitos e como objeto que possibilita a interação dos indivíduos nas organizações;
- Possuir visão crítica e consistente sobre o impacto de sua atuação profissional na sociedade;
- Compreender os processos técnicos, aspectos históricos e estéticos relacionados ao patrimônio cultural;
- Mobilizar eficazmente recursos e saberes, no sentido de atender a objetivos coletivos, profissionais e pessoais, mesmo em contextos de incertezas;
- Ser inovador e eficiente na solução dos problemas.
- Atuar de forma cooperativa em equipes multidisciplinares;
- Atuar de forma a melhorar as condições de trabalho dos usuários, preservando o meio ambiente;
- Demonstrar capacidade de organização, liderança, facilidade e clareza de comunicação na tomada de decisão;
- Executar trabalhos e serviços técnicos na área da construção civil de forma autônoma ou sob supervisão de profissionais de nível superior no marco das suas competências definidas por leis e resoluções⁵;

⁵ Vide: Resolução do CONFEA Nº 278, DE 27 MAIO 1983 e Decreto Federal 90.922/85.

- Utilizar equipamentos, instalações e materiais aplicados à construção civil;
- Aplicar as normas técnicas concernentes aos respectivos processos de trabalho;
- Conduzir equipes de execução, instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção em trabalhos técnicos na construção civil;
- Treinar equipes de execução de obras e serviços técnicos;
- Fiscalizar a execução de serviços e atividades de sua competência;
- Executar trabalhos de mensuração e controle de qualidade;
- Executar serviços de manutenção e instalação de equipamentos;
- Prestar assistência técnica, ao nível de sua habilitação, na compra e venda de equipamentos e materiais;
- Elaborar orçamentos relativos às atividades de sua competência;
- Executar desenho técnico;
- Demonstrar senso crítico referente às teorias e técnicas de restauro;
- Reconhecer processos construtivos tradicionais históricos e utilizar técnicas e materiais compatíveis com os mesmos.

9.2 – Matriz Curricular

Vide MATRIZ CURRICULAR em anexo.

9.3 – Estágio Curricular

Será permitido, ao aluno, participar de estágio não obrigatório, conforme previsto no regulamento de estágio do IFSul.

O estágio curricular do Curso não será obrigatório.

9.4 - Disciplinas, Ementas, Conteúdos e Bibliografias

9.4.1 - Primeiro Período Letivo

Vide PROGRAMAS DISCIPLINAS em anexo.

9.5 – Política de Formação Integral do Aluno

A educação como processo integral possibilita não apenas o acesso a conhecimentos científicos e tecnológicos como também promove uma reflexão crítica sobre padrões e condutas sociais, assim como a apropriação de tempos e espaços históricos, referências e tendências estéticas. Promove ao aluno a capacidade de relacionar as dimensões científicas, tecnológicas, sociais e culturais. Além disso a educação integral se constitui da união de conhecimentos em espaços formais e informais, dentro do ambiente da escola como também na comunidade onde está inserida.

Partindo deste pressuposto, de que a educação é um processo integral, compreende-se que ela deva aliar formação técnica e humana, potencializando a atuação ética e cidadã na vida e no mundo do trabalho. Assim, o currículo e as práticas pedagógicas traduzem essa intenção, de forma que as diferentes disciplinas, tanto das áreas do conhecimento do ensino médio como da área técnica, trabalhadas de forma integrada, propiciem o desenvolvimento do raciocínio lógico, da comunicação e da expressão, do empreendedorismo, do trabalho em equipe, entre outros aspectos que aproximem a sala de aula do universo profissional e social.

Baseada nessas concepções, a proposta do processo educativo do Câmpus Jaguarão visa acompanhar e promover o desenvolvimento das habilidades de aprender a aprender, de aprender a fazer, de aprender a conviver e de aprender a ser, orientadas por critérios éticos, comprometidos com a vida. Busca-se, além disso, o aprimoramento das qualidades pessoais de cada educando, fomentando suas potencialidades intelectuais, afetivas e psicossociais. Todos esses intentos envolvem a capacidade de analisar, avaliar, planejar, decidir, expor e defender ideias e de agir como sujeitos históricos e atores sociais que somos, fazendo acontecer a história e mudando o seu rumo, se necessário.

Política de Inclusão e Acessibilidade do Estudante

Entende-se como educação inclusiva a garantia de acesso e permanência do estudante na instituição de ensino, implicando, desta forma, no respeito às diferenças individuais, especificamente, das pessoas com deficiência, diferenças étnicas, de gênero, culturais, socioeconômicas, entre outras.

A Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul, amparada na Resolução nº 51/2016, contempla ações inclusivas voltadas às especificidades dos seguintes grupos sociais:

I - pessoas com necessidades educacionais específicas: consolidando o direito das pessoas com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas habilidades/Superdotação, sendo o Núcleo de Apoio as Necessidades Específicas – NAPNE, o articulador destas ações, juntamente com a equipe multiprofissional do Câmpus.

II – gênero e diversidade sexual: e todo o elenco que compõe o universo da diversidade para a eliminação das discriminações que as atingem, bem como à sua plena integração social, política, econômica e cultural, contemplando em ações transversais, tendo como articulador destas ações o Núcleo de Gênero e Diversidade – NUGED.

III – diversidade étnica: voltados para o direcionamento de estudos e ações para as questões étnico-raciais, em especial para a área do ensino sobre África, Cultura Negra

e História, Literatura e Artes do Negro no Brasil, pautado na Lei nº 10.639/2003 e das questões Indígenas, Lei nº 11.645/2008, que normatiza a inclusão das temáticas nas diferentes áreas de conhecimento e nas ações pedagógicas, ficando a cargo do Núcleo de Educação Afro-brasileira e Indígena – NEABI.

Para a efetivação da Educação Inclusiva, o Curso Técnico em Edificações considera todo o regramento jurídico acerca dos direitos das pessoas com deficiência, instituído na Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/1996; na Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008; no Decreto nº 5.296/2004, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com Deficiência ou com mobilidade reduzida; na Resolução CNE/CEB nº 2/2001 que Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica; no Decreto nº 5.626/2005, dispondo sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS; no Decreto nº 7.611/2011 que versa sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado; na Resolução nº 4/2010 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica; na Lei nº 12.764/2012 que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; no parecer CNE/CEB nº 3 de 2013, o qual trata da Terminalidade Específica e na Lei nº 13.146/ 2015 que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A partir das referidas referências legais apresentadas, o Curso Técnico em Edificações, assegura currículos, métodos e técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender as necessidades individuais dos estudantes. Contempla ainda em sua proposta a possibilidade de flexibilização e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, das metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados, dos processos de avaliação compreensiva, da terminalidade específica, adequados ao desenvolvimento dos alunos e em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória. Bem como, a garantia de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio de oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena, atendendo às características dos estudantes com deficiência, garantindo o pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, favorecendo ampliação e diversificação dos tempos e dos espaços curriculares por meio da criatividade e inovação dos profissionais de educação, matriz

curricular compreendida com propulsora de movimento, dinamismo curricular e educacional.

Para o planejamento das estratégias educacionais voltadas ao atendimento dos estudantes com deficiência, será observado o que consta na Instrução Normativa nº 3 de 2016, que dispõe sobre os procedimentos relativos ao planejamento de estratégias educacionais a serem dispensadas aos estudantes com deficiência, tendo em vista os princípios estabelecidos na Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul.

9.6- Flexibilidade Curricular

A flexibilização tem o objetivo de fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, objetivando o crescimento da autonomia intelectual, com condições de articular e mobilizar conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, para colocá-los em prática e dar respostas originais e criativas ao pensar os novos desafios profissionais tecnológicos.

Desta forma a flexibilidade curricular dar-se-á através do aproveitamento de estudos, considerando estudos e vivências em outros espaços formativos mediante comprovação do conhecimento através de prova específica e apresentação de documentação comprobatória de instituições reconhecidas.

Os critérios para tal efetivação tem como embasamento legal a legislação educacional vigente e a Organização Didática – IF Sul-rio-grandense.

10 - CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Atendendo ao que dispõe o artigo 34 da Resolução CNE/CEB 06/2012, poderão ser aproveitados os conhecimentos e as experiências anteriores, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, que tenham sido desenvolvidos:

Em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico regularmente concluídos em outros cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio;

Em cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante;

Em outros cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação, mediante avaliação do estudante;

Por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.

Os conhecimentos adquiridos em cursos de Educação Profissional de Nível Básico, no trabalho ou por outros meios informais, serão avaliados mediante processo próprio dessa instituição.

Este processo de avaliação deverá prever instrumentos de aferição teóricos/práticos, os quais serão elaborados por banca examinadora, especialmente constituída para este fim.

A banca de que fala o parágrafo anterior deverá ser composta por docentes habilitados e/ou especialistas da área pretendida e profissionais indicados pela Diretoria de Ensino.

Na construção destes instrumentos, a banca deverá ter o cuidado de aferir os conhecimentos com a mesma profundidade com que é aferido o conhecimento do aluno que frequenta regularmente o Instituto Federal Sul-rio-grandense.

Sempre que for possível, a avaliação deverá contemplar igualmente os aspectos teórico e prático.

O registro do resultado deste trabalho deverá conter todos os dados necessários para que se possa expedir com clareza e exatidão o parecer da banca. Para tanto, deverá ser montado processo individual que fará parte da pasta do aluno.

No processo deverão constar tipos de avaliação utilizada (teórica e prática), parecer emitido e assinado pela banca e homologação do parecer assinado por docente da área indicado em portaria específica.

É indispensável que se registre todo o processo de avaliação e que, só após sua aprovação, o aluno seja inserido no semestre pretendido.

Para orientação sobre o tema tomaremos como referenciais legais:

* a Lei 9394/96, de 20.12.1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional;

* o Decreto 5154, de 23.07.2004, que regulamenta o § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9394/96;

* o Parecer 11/2012 da CEB/CNE, de 09.05.2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico;

* a Resolução nº06/2012, da CEB/CNE, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, assim como outros referenciais que vierem a ser produzidos.

11 - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM APLICADOS AOS ALUNOS

A avaliação é entendida como processo, numa perspectiva libertadora, com a finalidade de promover o desenvolvimento e favorecer a aprendizagem. Em sua função formativa, a avaliação transforma-se em exercício crítico de reflexão e de pesquisa em sala de aula, para a análise e compreensão das estratégias de aprendizagem dos educandos, na busca de tomada de decisões pedagógicas favoráveis à continuidade do processo.

A avaliação, sendo dinâmica e continuada, não deve limitar-se à etapa final de uma determinada prática. Deve, sim, pautar-se por observar, desenvolver e valorizar todas as etapas de crescimento, de progresso do educando na busca de uma participação consciente, crítica e ativa do mesmo.

A intenção da avaliação é de intervir no processo de ensino-aprendizagem, com o fim de localizar necessidades dos educandos e comprometer-se com a sua superação, visando ao diagnóstico e à construção em uma perspectiva democrática.

A avaliação do desempenho será feita de maneira formal, com a utilização de diversos instrumentos de avaliação, pela análise de trabalhos, desenvolvimento de projetos, participação nos fóruns de discussão, provas e por outras atividades propostas de acordo com a especificidade de cada disciplina.

O processo avaliativo do aluno envolverá os seguintes procedimentos: elaboração do plano de ensino pelo professor, o conselho de classe, a avaliação e a reavaliação.

O plano de ensino deverá ser elaborado pelo professor, em parceria com seus colegas de mesma disciplina/área no início de cada período letivo.

Serão realizados dois conselhos de classe por período letivo, sempre ao final de cada etapa de avaliação. Participarão do conselho de classe a supervisão pedagógica, a orientação pedagógica, o coordenador do curso, todos os professores da turma e pelo menos um aluno representante.

Para efeito de registro, cada período letivo será dividido em duas etapas. As notas de cada etapa serão embasadas nos registros das aprendizagens dos alunos realizados em no mínimo dois instrumentos de avaliação.

No final do período letivo o aluno que apresentar aproveitamento inferior ao mínimo para obter aprovação terá direito a reavaliação.

A sistematização do processo avaliativo consta na Organização Didática.

12 – RECURSOS HUMANOS

12.1 - Pessoal docente e supervisão pedagógica

Nome	Disciplinas que leciona	Titulação/Universidade	Regime de trabalho
Profa. Aline Campelo Blank Freitas	Introdução à Construção Civil, Materiais de Construção, Técnicas Construtivas, Práticas Construtivas.	Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas. Pós-Graduação: Especialista em Educação Profissional – Habilitação para a docência pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense.	DE
Prof. Bruno Silva do Nascimento	Análise Estrutural, Mecânica dos Solos e Fundações, Materiais de Construção.	Graduação em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Santa Maria.	DE
Profa. Daniela da Rosa Curcio	Introdução à Construção Civil, Materiais de	Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas.	DE

	Construção, Técnicas Construtivas, Práticas Construtivas.	Pós-Graduação: Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas.	
Prof. Fabian Eduardo Debenedetti Carbajal	Língua Espanhola, Literatura Portuguesa, Literatura Espanhola.	Graduação em Letras Espanhol pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pós-Graduação: Mestre em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.	DE
Profa. Juliana de Oliveira Plá	Desenho Técnico, Desenho Técnico Auxiliado por Computador, Projeto Arquitetônico.	Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas. Pós-Graduação: Especialista em Educação Profissional – Habilitação para a docência pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense.	DE
Profa. Maria Helena Rodrigues Fuão.	Língua Portuguesa, Língua Espanhola, Literatura Portuguesa, Literatura Espanhola.	Graduação em Letras Português Espanhol pela Universidade Federal do Rio Grande. Pós-Graduação: Mestre em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande.	DE

12.2 - Pessoal técnico-administrativo

Aline Nunes da Cunha de Medeiros

Técnica em Assuntos Educacionais

Graduação: Licenciatura Plena em Educação Física

Universidade: Universidade Federal de Pelotas

Graduação: Licenciatura Plena em Ciências Sociais

Universidade: Universidade Federal de Pelotas

Pós-Graduação: Especialização em História do Brasil

Área de Concentração: História

Universidade: Universidade Federal de Pelotas

Pós-Graduação: Mestrado em Ciências

Área de Concentração: Educação

Universidade: Universidade Federal de Pelotas

Arides Silva Rodrigues

Técnico em Edificações

Formação Técnica: Técnico em Edificações

Instituição: Instituto Federal Sul-rio-grandense/RS

Elenir Silveira de Ávila

Assistente Administrativo

Formação: Ensino Médio Completo

Jortan de Amarante Lima

Tecnólogo em Gestão Pública

Graduação: Tecnólogo em Gestão Pública

Universidade: UNINTER – Centro Universitário Internacional

Rafaél Ígor Fritz

Técnico de Tecnologia da Informação

Graduação: Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

Universidade: Instituto Federal Farroupilha – IF Farroupilha

Graduação: Licenciatura Plena

Universidade: Universidade Federal de Santa Maria

Formação Técnica: Técnico em Informática

Instituição: Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul/RS – CEFET/SVS.

13 – INFRAESTRUTURA

13.1 - Instalações e Equipamentos Oferecidos aos Professores e Alunos

O prédio do curso está em fase de construção com finalização prevista para o final do ano de 2015.

Hoje os espaços e equipamentos oferecidos aos professores e alunos, (nos espaços cedidos pela Universidade Federal do Pampa – Unipampa – Câmpus Jaguarão) são os seguintes:

Identificação	Área - m²
Sala de Aula / Laboratório de Desenho (Unipampa Jaguarão)	80 m ²
Laboratório de Informática (Unipampa Jaguarão)	80 m ²

Sala da Coordenadoria Unipampa Jaguarão	40 m ²
TOTAL	200 m²

Laboratório de Desenho

- Equipamentos: mesas de desenho 13 (treze) unidades

Laboratório de Informática

- Equipamentos: Microcomputadores 36 (trinta e seis) unidades
Projektor multimídia 01 (uma) unidade
Tela de projeção (01) unidade

13.2 – Infraestrutura de Acessibilidade

O prédio do curso está em fase de construção com finalização prevista para o final do ano de 2015.

Todos os espaços utilizados no prédio da Unipampa possuem acesso através de rampas e/ou elevadores.

13.3 – Infraestrutura de Laboratórios Específicos à Área do Curso

O prédio do curso está em fase de construção com finalização prevista para o final do ano de 2015.

Considerando que no primeiro ano do curso não estão previstas disciplinas com atividades práticas a infraestrutura específica não se fará necessária.

No prédio que está em fase de construção estão previstos os seguintes laboratórios específicos:

Laboratório de Materiais de Construção;

Laboratório de Solos;

Pavilhão de Práticas de Construção;

Laboratório de Desenho;

Laboratório de Informática com programas específicos;

Ferramentaria;

Biblioteca com acervo específico.